



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10825 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 10 - Ensino Fundamental

### O PPP NA VIDA ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO COTIDIANO DE ESCOLAS MUNICIPAIS

Mauro Augusto Burkert Del Pino - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Gilceane Caetano Porto - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Annelise Costa de Jesus - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERGS

### O PPP NA VIDA ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO COTIDIANO DE ESCOLAS MUNICIPAIS

A construção e apropriação do projeto político pedagógico (PPP) da escola, se realizado e empregado de forma adequada, resulta em procedimentos de planejamento, organização e reflexão contínua da práxis pedagógica, que pode contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem de qualidade. Por conseguinte, esse documento tem sido objeto de diversos estudos na área da educação e tem conquistado cada vez mais espaço nos diálogos escolares (VEIGA, 2002).

Além de sua importância para o planejamento pedagógico, o PPP também serve como um grande instrumento de implementação da gestão democrática do ensino público, conforme previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, que estabelece no Art. 206, inciso VI, que “o ensino será ministrado com base (...) na gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

A Lei referida nesse artigo da Constituição consolidou-se somente em 1996 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao estabelecer que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do **projeto pedagógico** da escola; (BRASIL, 1996, Art. 14, grifo nosso).

É fato que muito vem ocorrendo no campo educacional em termos de avanços e

retrocessos, em especial desde a década de 90 do século passado. A legislação avança em passos lentos rumo a uma educação de qualidade, mas também sofre retrocessos que impactam a educação pública e sua continuidade no país. Neste sentido, Silva e Cazumbá retomam em Moacir Gadotti (1994) a ideia de que a elaboração do projeto político pedagógico estabelece uma ruptura de paradigma na escola pública, que deixa de ser um aparelho burocrático do Estado e passa a ser “uma escola que reflete as conquistas da comunidade” (SILVA; CAZUMBÁ, 2015, p.18).

Foi com base nessa perspectiva, de que o PPP é instrumento de gestão democrática e de participação da comunidade na vida escolar, que nos debruçamos a pesquisar sobre os projetos políticos pedagógicos das escolas de um município do Rio Grande do Sul, intencionando analisar os processos de elaboração e atualização desses documentos, assim como a utilização destes no cotidiano das escolas.

A pesquisa teve início em 2020 como parte das ações previstas no calendário acadêmico emergencial implementado em uma universidade federal do interior do Rio Grande do Sul para enfrentar a ruptura estabelecida pela pandemia de Covid-19. Da pesquisa, participaram estudantes de graduação, de pós-graduação e professores da universidade que integram o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública (GIPEP), além de gestores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMECD) da cidade onde estão localizadas as escolas investigadas. Por conta da necessidade de isolamento social, a pesquisa foi realizada integralmente através de reuniões, estudos e entrevistas que ocorreram em espaços virtuais, com o apoio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) disponibilizado pela universidade.

A investigação ocorreu em três etapas. Inicialmente foi realizado uma pesquisa bibliográfica com o intuito de gerar um estado do conhecimento sobre PPP (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI; ENS, 2006). Após, foi aplicado um questionário para cinco professoras de cada uma das 13 escolas do município, sendo sete escolas urbanas, três escolas rurais e três escolas infantis. As professoras que responderam ao questionário dividiam-se em diretora, coordenadora pedagógica, a professora mais antiga na escola, uma professora intermediária e a professora mais jovem na escola. Por fim, a terceira etapa foi a realização de rodas de conversa com as professoras sobre o PPP de cada escola, a fim de dialogar e aprofundar as questões postas no questionário. É sobre os dados colhidos nesta terceira etapa que iremos tratar neste trabalho.

As rodas de conversa foram realizadas com uma metodologia baseada em Backes, Colomé, Erdmann e Lunard (2011), na qual os autores destacam que esse tipo de dinâmica possibilita um diálogo que amplia as compreensões e análises do pesquisador, podendo ser uma conversa conduzida e mediada por ele a caminho da compreensão de lacunas existentes na pesquisa. Convidamos para as rodas de conversa as professoras que participaram respondendo o questionário. Ao todo, seis delas se dispuseram a participar das rodas. Ao mencioná-las aqui, vamos utilizar nomes fictícios. Nos valem do gênero feminino para a

escrita deste trabalho devido a todas as participantes serem mulheres.

Para o desenvolvimento das rodas de conversa, elaboramos nove questões norteadoras utilizadas nos encontros realizados. As questões versaram sobre a participação das profissionais na vida escolar; os primeiros contatos com o PPP; necessidades e utilidades de consulta ao PPP; os processos de elaboração/atualização e participação do PPP; espaços e ocorrências de formação e avaliação do PPP; a existência de atividades respaldadas ou negadas no processo pedagógico da escola em relação ao PPP; formação profissional e prática pedagógica acerca da Educação Ambiental nas escolas.

Baseados na análise de conteúdo de Bardin (1977), realizamos a categorização dos dados obtidos com as rodas de conversa. Para isso, tínhamos categorias a priori que se originavam das perguntas realizadas. Ao longo da análise, foram surgindo novas categorias de acordo com o rumo que os dados apontavam. Desta forma, criamos o corpus do trabalho que apresentamos e discutimos a seguir.

Das seis profissionais que participaram das rodas, três professoras atuavam como coordenadoras pedagógicas, uma era professora de educação infantil, outra era professora dos anos iniciais do ensino fundamental e a sexta era professora dos anos finais do ensino fundamental. As professoras participantes representavam um total de quatro diferentes escolas da rede, sendo que a professora que atuava a menos tempo no município tinha um ano de trabalho e a mais antiga no município tinha 25 anos de docência.

Investigando sobre as práticas que ocorrem na escola para a construção do PPP, indagamos às profissionais sobre como foi a elaboração do PPP. Percebemos que a iniciativa de elaboração dos PPPs nas escolas do município partiu da Secretaria de Educação Municipal. As professoras foram unânimes em fazer essa afirmação. Essa constatação, ao ser aprofundada nas rodas, ressalta que o PPP precisa ainda se aproximar da comunidade escolar.

Para dar início ao processo de elaboração do documento, as professoras Fabíola e Tainá informaram que a SMECD enviou um questionário às escolas com perguntas básicas para construção do PPP. Fabíola acrescentou que o questionário enviado pela Secretaria foi acrescido de perguntas que o corpo docente da sua escola considerou relevantes. Esse movimento inicial para a elaboração do primeiro PPP culminou com a aprovação do PPP de nove escolas em 2011. Posteriormente, em 2014, foi aprovado o PPP de mais uma escola e em 2018 de outra escola. Duas escolas de educação infantil ainda não contam com PPP próprio.

A professora Amanda também evidenciou o uso de questionários para formulação do PPP em sua escola, relatando que em “2011 ele também foi feito com questionário, a gente não participou disso, só minimamente”. Ficou evidente pela fala da professora o fato de que a comunidade escolar não se sentiu protagonista do processo de construção do PPP. O fato de o processo ter sido norteado por perguntas elaboradas sem a participação das professoras não gerou um sentido de pertencimento da comunidade ao texto produzido.

A professora Jussara, apesar de não saber explicar como foi o processo de elaboração do PPP desde sua origem, nos conta também sobre a utilização de questionários e explica um pouco mais desse processo em sua escola:

*A gente, tanto os docentes quanto os pais e alunos, depois de uma determinada idade, eles já poderiam responder aquele questionário. O questionário ia para a família. Nós professores respondíamos também. Então eram três estilos de comunicação: os professores, alunos e pais. E depois a coordenadora, acredito, que analisava aqueles questionários.*

As professoras fazem diferentes relatos em relação às participações no processo de construção do projeto. A professora Tainá, por ser nova em sua escola, disse não saber exatamente como se deu a participação da comunidade escolar na construção do PPP. Já a professora Amanda disse que ainda existe muita resistência da escola para chamar os pais para participarem de um processo desse tipo. Por outro lado, a professora Fabíola nos conta ter havido um maior envolvimento da sua escola para chamar os pais, alunos e funcionários para participarem dessa construção durante o decorrer dos anos.

A professora Jussara nos relatou que embora os pais tenham sido chamados e incentivados a participar, não demonstraram interesse em fazer parte dessa elaboração. Relatou como as reuniões que esclareciam o processo à comunidade aconteciam e enfatizou algumas dificuldades para promover as discussões sobre o PPP:

*Se nós liberarmos um determinado número de alunos não tem funcionários suficientes para ficar com eles. Então nós tínhamos que fazer por partes, porque o transporte é o mesmo, tanto para os alunos quanto para nós, e os pais utilizam esse mesmo transporte também às vezes. Então nós tínhamos que fazer as coisas assim para em momento algum deixar as crianças sozinhas. Acredito que tenha sido por isso a dificuldade de realizar as reuniões interligadas. No dia que nós fazíamos reuniões somente com o professor, nós tínhamos que recuperar aquela aula no outro dia, porque no dia da reunião as crianças não podiam ir para escola. Então íamos só nós professores, fazíamos a reunião do PPP, e recuperávamos as aulas em outra data, porque não dava para misturar nessa mesma tarde ou soltar eles um pouco mais cedo, não tinha condições.*

A fala da professora Jussara evidencia o fato de não ter havido uma política preparatória e inclusiva da comunidade nas discussões. Havia conflitos inclusive entre a dinâmica das aulas e os encontros programados. De acordo com Veiga (2002), o projeto político pedagógico pressupõe um espaço para resolução de conflitos a partir de uma gestão democrática com base na cooperação e na superação da burocracia na escola. Diante do exposto, podemos compreender que algumas dificuldades encontradas para discussão e elaboração do projeto nas escolas vai além de problemas pedagógicos ou de coordenação, eles provêm de uma macroestrutura aquém das possibilidades docentes e da gestão escolar.

Em relação ao questionamento feito às professoras nas rodas sobre a existência de

debates, formação e palestras para uma construção adequada do projeto político pedagógico, apenas a professora Naiara não se manifestou, as outras cinco participantes alegaram que não há a promoção desses tipos de dinâmicas. A professora Fabíola nos contou que em sua escola “teve duas gestões diferentes e não teve nenhuma orientação nesse sentido. Não teve nenhuma iniciativa de orientação em relação à construção do PPP.”

Os relatos das professoras indicaram um certo desamparo, a falta de suporte adequado para que as escolas estejam em dia com seus projetos. Após indagarmos sobre os processos de aprovação do PPP, metade das profissionais não se manifestaram a respeito ou não souberam dizer sobre como ocorre o processo de validação dos documentos. A outra metade afirma que os PPPs são encaminhados à SMECD para aprovação e que normalmente é um longo processo de espera até que as escolas tenham uma devolutiva. A professora Jussara relata: “Faz dois anos, eu não me lembro mais, ... Faz dois anos que estava sendo analisado, agora chegou na escola de novo por conta desse contato com vocês.”

Considerando a desatualização desses documentos nas escolas, visto que há uma grande demora para que seja dado um retorno, buscamos compreender quais necessidades são apresentadas pelas profissionais para que sejam consultados esses documentos no cotidiano escolar. A professora Jamile relata não ter sentido necessidade de consultar o PPP em nenhum momento. É possível que essa visão esteja de acordo com o que a professora Jussara nos conta: “[...] às vezes surgem dúvidas, mas a gente não busca no PPP. Nós buscamos com a coordenação, com a direção. E ali nas próprias reuniões que se faz. A gente discute ali. Mas a busca em si, olhar o documento não. A gente não tem esse costume.” Em contrapartida, quando indagamos a professora Tainá se ela sente necessidade de consultar o PPP, ela nos diz:

*Eu gosto de ter contato com o PPP da escola já na chegada, após conhecer a escola, o diretor me mostra todas as salas, eu gosto de já ir lá e ler o PPP para ter conhecimento de qual é o objetivo da escola, qual a comunidade que ela atende, então eu gosto de já conhecer o documento logo que eu entro na escola, já ter esse contato.*

Procurando entender melhor a fala da Tainá, indagamos se, para além desse momento de procura inicial, ela teve alguma outra necessidade de consulta ao PPP. Em resposta, a professora afirmou que não teve esse tipo de procura, ou seja, há uma evidência de que de fato não existe no interior da escola a procura docente por esses documentos e, quando há, por motivos práticos e emergentes, o que as profissionais nos relatam é que os documentos não suprem essas necessidades. É o que nos disse a professora Naiara: “Eu sabia que aquela gaveta [do PPP] era só para quando desse um grande problema, e mesmo assim, quando dava problema a gente não achava solução.”

Em relação ao acesso ao PPP, a professora Naiara ainda nos conta: “É um documento que não deveria estar engavetado, só que aí eu levava muito nos dedos, sabe? Aí eu já passava reto no corredor [corredor da gestão escolar].” As outras cinco profissionais concordaram que

existe uma certa dificuldade de acesso a esses documentos que se mantém sob posse da gestão escolar. A professora Fabíola destaca ainda que esse documento deveria ser publicizado para docentes, pais e alunos até mesmo de forma digital.

Sobre isso, Veiga (2002) nos alerta que o projeto político pedagógico não deve ser um documento burocrático a ser arquivado após sua homologação pelas autoridades. Ele deve ser um projeto vivo e refletido na e pela comunidade escolar. O mesmo ocorre em relação à avaliação do projeto que deve ser constantemente reavaliado de acordo com as novas necessidades do percurso formativo.

Apesar disso, quando indagamos às profissionais se existe essa avaliação em torno do PPP, duas professoras alegam a falta de tempo para esse tipo de discussão na escola. A professora Fabíola relata: “a gente não consegue em nenhum momento parar, sentar e perguntar: será que a gente tá fazendo certo mesmo? Será que a gente está de acordo com o que a gente tinha pensado para nossa escola?”. A professora Amanda complementa: “a gente não tem pessoas sobrando na escola, é tudo justinho, certinho, [...] cumprindo aquele horário [...]. Está faltando professor aí a gente toca direto [...]. A gente ainda continua nessa máquina louca assim, então é complicadíssimo.”

Já a professora Jussara diz que esse processo de avaliação do PPP antigo e construção de um novo PPP é concomitante em sua escola. A professora Jamile alegou que sua escola não tinha um PPP antigo e por isso não há o que relatar sobre esse processo. Portanto, das seis participantes, apenas uma relatou uma avaliação do PPP e de forma concomitante ao novo processo de elaboração do documento.

Quando perguntamos às professoras se existem atividades desenvolvidas na escola por serem previstas no PPP, apenas Tainá afirmou que sua escola trabalha muito com projetos e que isso poderia provir do PPP. Todas as outras professoras negaram tal situação. Em relação à situação inversa, se havia sido negada alguma atividade dentro da escola por não estar prevista no PPP, todas participantes negaram essa possibilidade. Esse fato evidencia que os projetos políticos das escolas da rede em questão estão à parte das decisões pedagógicas e gestoras do ambiente escolar.

Ao buscarmos compreender melhor sobre a utilidade do documento na escola, Jamile nos relata: “Bom, ele [PPP] não existe, não é!? Ele não existe! Então é impossível servir para alguma coisa algo que não existe, não é!?” Fabíola, Amanda e Naiara concordam com a falta de utilidade do documento. A professora Jussara ressalta mais uma vez que a utilidade do PPP é substituída através do diálogo direto com a gestão da escola. A professora Tainá diz que para ela faltam muitas informações importantes para que o documento possa ser um guia dentro da escola.

Assim, os dados da pesquisa apresentados acima apontam algumas questões importantes para compreendermos um pouco mais sobre o processo de elaboração dos PPPs nas escolas e sobre a utilização dos projetos pedagógicos no cotidiano escolar. Em que pese

os dados terem sido coletados em uma única rede municipal, não se pode deixar de considerar que a realidade aqui anunciada pode apresentar muitas similitudes com vários municípios do país.

Podemos concluir que ainda há uma trajetória a ser cumprida para a democratização da gestão escolar, e que o PPP pode auxiliar nessa tarefa, conforme prevê a LDB. Todavia, isso só será possível se a comunidade escolar se apropriar da importância desse instrumento de planejamento e participar como sujeito de sua elaboração, de sua implementação e avaliação.

Ficou evidente, conforme os depoimentos das professoras, a pouca ou mesmo falta de utilidade do PPP para a vida escolar. Se muitos esforços foram feitos, ao longo de décadas, para garantir o PPP como instrumento de gestão democrática, muitos outros esforços devem ainda ser efetivados para que o texto do projeto pedagógico não seja um documento adormecido em uma gaveta da sala da direção escolar, mas que esteja presente, ativamente, na necessária luta por uma educação inclusiva, democrática e de qualidade, em acordo com as necessidades da comunidade de cada escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projeto Político Pedagógico. Gestão Democrática. Educação Escolar. Ensino Fundamental.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70ª ed. Lisboa, 1977.

BACKES, D. S., COLOMÉ, J. S., ERDMANN, R. H., & LUNARID, V. L. (2011). Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, São Paulo, 35(4), 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Lei N° 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CAZUMBÁ, R. S.; SILVA, R. M. da. Gestão democrática e projeto político-pedagógico: estudo de caso em uma escola municipal de São Gonçalo dos Campos/BA. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 4, n. 8, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/16023>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

FERREIRA, Norma Sandra de almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXIII, no 79, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. CONFERÊNCIA NACIONAL

DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1, 1994. Anais. Brasília: MEC, 1994.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 37–50, 2006. Disponível em: < <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176> >. Acesso em 16 abr. 2022.

VEIGA, I.P. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. In: VEIGA, I.P. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14<sup>a</sup> ed. Campinas: Papirus, 2002.